



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0008686-73.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Eduardo Reis, CPF 286.462.848-16 - Desacompanhado de Advogado**
 Requerido: **Valdecir Rezador Nunes, CPF 138.714.178-31 - Advogado Dr. Walter Sauro Filho**

Aos 14 de março de 2017, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Srs. Édio e Sílvio. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos, as partes declararam ao juiz o seguinte: a documentação original do carro, inclusive recibo, foi devolvida pelo réu ao autor; o carro acabou sendo leiloado; o réu pagou o curso de reciclagem do autor. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. O autor pede seja o réu condenado a (a) transferir o veículo para o nome do réu (b) pagar indenização no valor no valor de R\$ 7.644,55 relativamente à despesas por infrações e outros débitos relativos ao automóvel, que foram lançados em nome do autor (c) pagar indenização no valor de R\$ 6.000,00 por conta do período em que o autor ficou sem trabalhar por ter a habilitação cassada indevidamente por culpa do réu. Quanto à obrigação de fazer, item "a" acima, a ação é improcedente. Com efeito, observamos nos autos que o veículo foi apreendido e posteriormente leiloado a terceiro, de modo que resta prejudicada essa pretensão deduzida perante o réu. Se não bastasse, é relevantíssima a circunstância de que, como afirmado pelas partes na presente data, o réu devolveu ao autor a documentação pertinente ao veículo, inclusive recibo de transferência assinado para o autor, devolução esta que, logicamente, foi aceita pelo autor, e está a corroborar a alegação do réu de que, realmente, ao menos em dado momento optaram as partes por permanecer o veículo com o autor, assim como a responsabilidade de transferência do mesmo para o próprio nome. Quanto à indenização pelos débitos referentes ao veículo, item "b" acima, sustenta o réu que a devolução da documentação do veículo para o autor teria se dado já em pagamento desses débitos. Todavia, não foi produzida qualquer prova dessa alegação. Na realidade, a devolução da documentação do veículo – que à época já estava apreendido - ao autor não acarreta acréscimo patrimonial comprovado que possa ser cotejado com o valor dos débitos e assim convencer o magistrado a propósito dessa alegação defensiva. Por outro lado, é certo que, apesar da responsabilidade do autor perante a administração pública, deve o réu responder, perante o autor, pelos débitos do automóvel com fato gerador no intervalo de tempo entre a entrega do automóvel e a sua apreensão. A prova da existência desses débitos incumbe ao autor. No caso dos autos, temos os de fls. 8 (R\$ 42,40 em 26/10/2015), 9 (R\$ 191,54 em 24/05/2015), 10 (R\$ 127,69 em 24/04/2015), 11 (R\$ 191,54 em 24/04/2015), 12 (R\$ 457,92 em 26/10/2015), 13 (R\$ 152,64 em 26/10/2015). Observo que existem documentos em duplicidade instruindo a inicial. Os únicos débitos efetivamente comprovados são os indicados logo acima nesta sentença. Prosseguindo, no que diz respeito ao pedido de indenização no valor de R\$ 6.000,00, por lucros cessantes, o autor não produziu prova do valor que razoalmente deixou de*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

lucrar. Não comprovei prejuízos alegados, como era de rigor nos termos do art. 373, I do Código de Processo Civil. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e CONDENO o réu a pagar ao autor os valores a seguir, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde os vencimentos indicados abaixo, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação: R\$ 42,40, 26/10/2015; R\$ 191,54, 24/05/2015; R\$ 127,69, 24/04/2015; R\$ 191,54, 24/04/2015; R\$ 457,92, 26/10/2015; R\$ 152,64, 26/10/2015. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Requerido:

Adv. Requerido: Walter Sauro Filho

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA